

# Diário Oficial

do Estado de São Paulo — (E. U. do Brasil)

NÚMERO DO DIA ... CR. \$0,40

NÚMERO ATRAZADO DO ANO CORRENTE ... CR. \$0,50

## Diário do Executivo

### INTERVENTORIA FEDERAL

DECRETO-LEI N. 13.051, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1942

Abre, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, o crédito especial da importância de 62:000\$000.

Código Local: 2 — Aquisição de Bens Moveis.  
Código Geral: 3.8.9 — Serviços de Utilidade Pública — Diversos.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, na conformidade do disposto no artigo 6.º, IV, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreto:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Justiça, o crédito especial de 62:000\$000 (sessenta e dois contos de réis), destinado a ocorrer ao pagamento da aquisição de terrenos necessários à construção do aeroporto de São Manuel, e a que se referem as letras "b" e "c" do art. 1.º do decreto-lei n. 12.572, de 26 de fevereiro de 1942.

Parágrafo único — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar.

Artigo 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 16 de novembro de 1942.  
FERNANDO COSTA.  
Abelardo Vergueiro Cesar.  
Coriolano de Góes.

Publicado na Secretaria de Estado da Justiça e Negócios do Interior, em 16 de novembro de 1942.  
Fabio Egydio de O. Carvalho.  
Diretor Geral.

DECRETO N. 13.052, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1942

Revoga disposições referentes ao ensino na Força Policial do Estado.

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, na conformidade do disposto no art. 5.º do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da República,

Decreto:

Artigo 1.º — Ficam revogadas a letra "b" do art. 2.º, o art. 4.º, o item V do art. 5.º, o art. 6.º, o item III do art. 8.º, o art. 11, os §§ 1.º e 2.º do art. 22, os arts. 25, 31, 32, 33 e 34 todos da Lei n. 2.916, de 19 de janeiro de 1937 e os decretos ns. 8.402, de 12 de julho de 1937 e ... 10.338, de 21 de junho de 1939.

Artigo 2.º — Os atuais Cursos de Aperfeiçoamento e Revisão e de Preparação de Aperfeiçoamento e Revisão, da Força Policial, serão, de acordo com as instruções do Comando Geral, fundidos em um só, denominado Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

§ 1.º — O Curso será obrigatório para todos os oficiais que ainda não o tenham feito na Força Policial ou no Exército, sendo permitida a matrícula por concurso aos oficiais não contemplados na chamada por ordem de antiguidade.

§ 2.º — As instruções baixadas pelo Comando Geral vigorarão até que seja aprovado o projeto de reorganização geral da Força Policial e baixados os respectivos regulamentos.

Artigo 3.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 16 de novembro de 1942.

FERNANDO COSTA  
Accacio Nogueira.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Segurança Pública, em 16 de novembro de 1942.  
Alfredo Issa Assaly,  
Diretor Geral.

DECRETO N. 13.053, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1942:

Dá Regulamento ao Serviço de Saúde da Força Policial do Estado.

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas, de conformidade com o artigo 7.º, n. 1 do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

##### Objeto do Serviço de Saúde

Artigo 1.º — O S. S. da Força Policial tem por objeto:

- a aplicação dos preceitos de higiene a conservação da saúde da tropa, e o tratamento dos militares e funcionários doentes e feridos;
- a preparação de oficiais e praças para o desempenho, no S. S., das missões normais e das que eventualmente possam ser atribuídas à Força Policial;
- a fabricação, aquisição, conservação e reunião em depósito de todo o material sanitário destinado a assegurar o funcionamento das finalidades expostas em "a" e "b" deste artigo.

#### CAPÍTULO II

##### Da organização do Serviço de Saúde

Artigo 2.º — A organização geral do S. S. na Força Policial, compreende:

- órgão de direção e inspeção;
- órgão de execução;
- órgão de preparação técnica;
- órgãos especiais.

Artigo 3.º — O órgão de direção e inspeção, consubstanciado na Chefia do S. S., é o principal responsável pelo funcionamento do Serviço de Saúde cabendo-lhe:

- estudar todas as questões às finalidades do Serviço e orientar o Comando Geral, sob o ponto de vista técnico, informando-o e propondo-lhe todas as medidas destinadas a assegurar a execução;
- fiscalizar a execução do serviço através das inspeções solicitadas pelo Chefe do S. S. ao Comando Geral, ou por este determinadas, e das informações que lhe forem encaminhadas.

Artigo 4.º — Os órgãos de execução tem por objeto a execução integral dos trabalhos atinentes ao S. S. e compreendem:

- Juntas Militares de Saúde (J.M.S.);
- Hospital Militar (H.M.);
- Depósito de Convalescentes e Sanatório de Tremembé (D.C.S.T.);
- Policlínica Militar (P.M.);
- Laboratório Farmacêutico e Drograria (L.F.D.);
- Formações Sanitárias Regimentais dos Corpos de Tropa, Serviços e Repartições (F.S.R.).

Artigo 5.º — Os órgãos de preparação técnica tem por fim o recrutamento, preparação, aperfeiçoamento e especialização dos oficiais e praças do S. S. e compreendem os cursos previstos e, em funcionamento de acordo com a Lei de Organização do Ensino.

#### CAPÍTULO III

##### Da Chefia do S. S. e seu funcionamento

Artigo 6.º — O S. S. da Força Policial é chefiado por um Tenente-Coronel Médico tendo como adjunto um Major Médico.

Parágrafo único — A Chefia do S. S., como órgão técnico através do qual o Comando Geral exerce sua ação administrativa sobre os diversos órgãos do mesmo serviço, não tem função de comando ou de administração direta sobre o pessoal compreendido nos citados órgãos, exceto quanto aos classificados no quadro da Chefia ou em Departamento anexos a esta.

Artigo 7.º — Compete ao Chefe do S. S.:

- estar ao corrente das leis, regulamentos e ordens em vigor, concernentes ao S. S. da Força e zelar pela sua fiel observância;
- zelar pelo bom funcionamento do S. S. de toda a Força e instrução sanitária ministrada nas unidades de tropa, hospitais, estabelecimentos e cursos, organizando, de acordo com o D. G. I., os programas e diretrizes que devam ser baixados pelo Comando Geral;
- fiscalizar, através das inspeções diretas ou das informações, o funcionamento dos serviços técnicos, administrativos e econômicos dos estabelecimentos e repartições compreendidos no S. S., informando o Comando Geral e solicitando as providências que não forem de sua alçada;
- propor ao Comando Geral as medidas necessárias para melhorar as condições de saúde e higiene das praças e o aperfeiçoamento do serviço;
- prestar ao Comando Geral e aos Comandantes de Corpo e Chefes de Serviço esclarecimentos sobre todos os assuntos sanitários da Força que forem da sua alçada;
- indicar as comissões necessárias para estudo de questões da alçada do S. S.;
- propor ao Comando Geral a classificação ou transferências de oficiais e praças do quadro do S. S., atendendo às conveniências do serviço;
- orientar o estudo da natureza das doenças infecciosas e parasitárias reinantes na tropa providenciando sobre o estabelecimento da profilaxia permanente, para o que se entenderá com as autoridades competentes, solicitando as medidas cuja adoção escapar à sua alçada.

Artigo 8.º — O Curso será obrigatório para todos os oficiais que ainda não o tenham feito na Força Policial ou no Exército, sendo permitida a matrícula por concurso aos oficiais não contemplados na chamada por ordem de antiguidade.

Artigo 9.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 16 de novembro de 1942.

FERNANDO COSTA  
Accacio Nogueira.

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Segurança Pública, em 16 de novembro de 1942.  
Alfredo Issa Assaly,  
Diretor Geral.

DECRETO N. 13.053, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1942:

Dá Regulamento ao Serviço de Saúde da Força Policial do Estado.

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas, de conformidade com o artigo 7.º, n. 1 do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

##### Objeto do Serviço de Saúde

Artigo 1.º — O S. S. da Força Policial tem por objeto:

- a aplicação dos preceitos de higiene a conservação da saúde da tropa, e o tratamento dos militares e funcionários doentes e feridos;
- a preparação de oficiais e praças para o desempenho, no S. S., das missões normais e das que eventualmente possam ser atribuídas à Força Policial;
- a fabricação, aquisição, conservação e reunião em depósito de todo o material sanitário destinado a assegurar o funcionamento das finalidades expostas em "a" e "b" deste artigo.

#### IMPrensa Oficial DO ESTADO

##### DIRETOR

SUD MENNUCCI

Gerente: Manoel Nogueira de Carvalho

Redator-Sec.: João de Oliveira Filho

Rua da Glória n. 358-364

ça os dados referentes ao funcionamento e que devam constar no relatório da Força;

16 — remeter, anualmente, ao E. M. da Força os dados e as propostas justificadas para o orçamento e fixação do pessoal do S. S.;

17 — propor a distribuição das verbas destinadas ao custeio dos estabelecimentos e repartições de saúde;

18 — dar compromisso aos oficiais nomeados para o S. S. na presença do adjunto e dos demais oficiais que por ventura estejam a serviço junto à Chefia;

19 — propor a designação de oficiais para as substituições temporárias e organizar o plano de férias.

Artigo 8.º — Ao oficial médico adjunto da Chefia do S. S. compete secundar o Chefe do S. S. na execução de suas atribuições e ainda:

1 — dirigir os serviços burocráticos, centralizando todo o trabalho administrativo da Chefia;

2 — conferir e autenticar todos os documentos elaborados na Chefia ou que devam ser encaminhados ao E. M.;

3 — organizar a escala dos médicos que concorrem à composição das J. M. S. e dos que fazem o serviço de dia ao H. M.;

4 — organizar o extrato dos papéis despachados e que devam ser publicados em Boletim Geral da Força;

5 — rubricar todos os livros em uso nos diversos órgãos do S. S.;

6 — manter organizado e em dia o fichário de todo o pessoal de saúde e especialmente das praças habilitadas à promoção;

7 — apresentar o expediente à assinatura do Chefe e providenciar para que não haja demora nas informações dos papéis que transitarem pela Chefia;

8 — presidir as comissões de recebimento de material destinado ao L. F. D.

Artigo 9.º — A Chefia do S. S. faz parte do Q. G. do Comando Geral da Força, sendo diretamente subordinada a este.

Artigo 10 — Para execução dos serviços, o Chefe do S. S. tem sob suas ordens, além do adjunto, escreventes e praças auxiliares.

Artigo 11 — Sob o ponto de vista técnico, o Chefe do S. S. tem autoridade completa e direta sobre o pessoal sob sua dependência e indireta sobre todo o pessoal compreendido nos diversos órgãos de saúde.

§ 1.º — Corresponde-se diretamente com os Diretores do H. M. e D. C. S. T. no sentido de obter informações e orientar a execução das medidas regulamentares e das decisões do Comando Geral ou das instruções por este aprovadas.

§ 2.º — No mesmo sentido corresponde-se com os chefes das F. S. R. por intermédio dos respectivos comandantes ou chefes.

Artigo 12 — O Chefe do S. F., com assentimento do Comando Geral, fará visitas de inspeção, tantas vezes quantas julgar necessárias e pelo menos uma vez por ano, às enfermarias regimentais, hospitais e demais estabelecimentos do S. S.

§ 1.º — Nos Corpos de tropa visitará os aquartelamentos, depósitos de víveres, instalações de rancho, instalações sanitárias, verificando o funcionamento das enfermarias regimentais e o estado de conservação do material em serviço ou em depósito.

§ 2.º — É acompanhado durante a visita pelo Chefe da F. S. R. e oficiais designados pelo Comandante do Corpo.

§ 3.º — Nos hospitais ou estabelecimentos do S. S. a sua ação se estenderá sobre todas as minúcias do serviço: organização, higiene, serviço médico, farmacêutico, odontológico, distribuição e emprego do pessoal, direção, polícia, aprovisionamento, conservação e substituição do material em serviço ou em depósito.

§ 4.º — Só intervém no tratamento médico ou cirúrgico dado aos doentes quando solicitado pelo médico assistente.

§ 5.º — Verificará entretanto, da competência e devotamento com que são cuidados os doentes e, em caso de falta grave, devidamente averiguada, observará ao oficial responsável, do modo que julgar mais útil, sem prejuízo das providências que posteriormente promoverá, se for o caso.

§ 6.º — As observações feitas no curso destas visitas serão relatadas ao Comando Geral, mencionando-se as providências tomadas e propondo as que ainda forem necessárias.